

A Questão de Limites e a questão identitária no Paraná: História e imprensa na construção do acontecimento.

Alexandro Neundorf
(UFPR, CAPES)

Resumo: Nos variados discursos que se inserem no debate acerca da questão de limites com Santa Catarina, ou então, na promoção de um projeto identitário para o Paraná, verifica-se uma integração de diversos campos disciplinares distintos. Da história a geografia, do direito ao discurso “administrativo”, uma rede imbricada de caracteres soma-se na construção do acontecimento. De toda forma, guardadas as devidas diferenças entre os campos disciplinares e seus respectivos *modus operandi*, uma espécie de “matriz” perfaz a maioria dos discursos, e que é composta de uma gama de características que fazem referência e estabelecem relação direta com o contexto *lato sensu* da sociedade em geral e com um contexto *stricto sensu* da própria formação dos personagens emissores dos discursos. Este trabalho pretende discutir a construção do acontecimento “Questão de Limites” no Paraná do início do século passado.

Palavras-chave: acontecimento, questão de limites, identidades.

Introdução

Se ao longo do século XIX, em toda a América Latina as independências e formações das diversas repúblicas exigiram dos quadros dirigentes uma reflexão mais apurada sobre o status e a legitimidade dos limites que demarcam seus respectivos territórios (e, em consequência, “demarcam” também seu povo), esse pensamento, não obstante, também se fez presente no recém independente Brasil. Embora a preocupação inicial tenha sido em tornar independente o estado, logo em seguida mostrar-se-ia de extrema importância a consecução de um projeto de nação que definisse não só as características, como também o conjunto do que viria a ser chamado “povo brasileiro”. A função de tal projeto residia na necessidade de legitimação da nação e de suas balizas geográficas ante a instabilidade dos estados recém formados em toda a América Latina.

Para cumprir com este objetivo, um primeiro passo constituir-se-ia com a elaboração de uma história pátria, uma história nacional que estruturasse o passado e, em consequência, projetasse o presente da nação, tecendo seu enredo com as características de

uma “cultura”, de um “espírito” nacional brasileiro. Dessa forma, produzindo também um sistema de representações que originasse e fundamentasse um sentimento de pertencimento, tão importante ao preceito fundamental da autodeterminação dos povos (origem de diversas reivindicações de independência no período).

É devido a isso que, já em 1838, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que se encarregaria de buscar no passado o sentido do “ser brasileiro”, ressaltando os elementos de unidade nacional, as peculiaridades do povo e a herança civilizadora dos colonizadores europeus. Se a sua criação fora inspirada no Institut Historique de Paris (este fundado em 1834), não menor seria a influência deste no pensamento daquele. A orientação geral, apresentada mais claramente a partir da segunda metade do século XIX, era a da construção de narrativas históricas nas províncias, atreladas a um projeto de história nacional do IHGB que pretendia integrar as diversidades provinciais (posteriormente, diversidades estaduais).

No Paraná o tema da identidade é também um problema a ser resolvido, embora a tentativa planejada de construção de uma identidade seja relativamente tardia, quando se tem em mente que a emancipação da então província ocorre em 1853 e a busca deliberada por elementos que corroborem na sua construção ocorre, com ênfase, somente a partir da república.¹ Perfeitamente compreensível, no entanto, pois com a república instaura-se também o regime federativo que fornece relativa autonomia às ex-províncias.

Em 1900 é fundado o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, seguindo as normas do IHGB, cujo quadro de sócios era composto por indivíduos destacados da cena pública local. Na mesma orientação do homônimo nacional, o IHGEP enfatiza as diferenças regionais, a dimensão territorial, em uma abordagem histórico-regional que prioriza os aspectos físicos e geográficos. O escopo maior, no entanto, era o de tornar os “fatos memoráveis” e os “filhos ilustres” eternizados na memória das populações, como fator gerador de identidade do povo. Para isso, uma das estratégias era (nas narrativas) tentar minimizar a dimensão tensiva, conflitante, contraditória, excludente da história das diversas regiões, mascarando dessa forma as diferenças internas (mas ao mesmo tempo marcando o “regime de identidade” em relação a uma alteridade para além das fronteiras da região estudada). É nesse aspecto que a questão de limites e posteriormente a Guerra do Contestado

¹ Cf. WACHOWICZ, Ruy C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983, p. 19-20.

constituem um dos maiores problemas para a constituição de uma identidade para o Paraná, na medida em que tornam visíveis em demasia essa dimensão de conflito e exclusão.

Desde a constituição da província do Paraná, um problema aliado a necessidade de constituição de uma identidade que fundamente e legitime a autonomia política, é a resolução da questão das fronteiras territoriais com Santa Catarina. Já com a emancipação se percebia a necessidade da elaboração de um discurso que pudesse melhor consolidar a nova província, enquanto uma unidade do Império. Ou seja, à orientação geral do IHGB vem somar-se a necessidade de justificar a autonomia. Conjuntamente, no mesmo período (ao longo do segundo quartel do século XIX), intelectuais e políticos se auto-promoveram os forjadores da nacionalidade, e no Paraná eles propuseram a confecção de um caráter identitário paranaense. Para tanto, a afirmação dos limites com o estado ao sul passou a ser um *locus* privilegiado aos interesses identitários dos paranaenses. Devido a isso, um aspecto característico das narrativas intelectuais da época era a ênfase na construção de uma identidade para o Paraná e o paranaense, sendo que para isso havia a necessidade estratégica premente de definir suas fronteiras (separando assim dois regimes de identidade), assim como, a de caracterizar a alteridade contida para além das marcas limítrofes (constituindo, dessa forma, “efeitos de fronteira”).

O Acontecimento e sua construção

Nos variados discursos que se inserem no debate acerca da questão de limites com Santa Catarina, ou então, na promoção de um projeto identitário para o Paraná, verifica-se uma integração de diversos campos disciplinares distintos. Da história a geografia, do direito ao discurso que poderíamos chamar “administrativo” (da administração pública, político, sanitário), uma rede imbricada de caracteres soma-se na construção do – contemporânea ao – acontecimento. De toda forma, guardadas as devidas diferenças entre os campos disciplinares e seus respectivos *modus operandi*, uma espécie de “matriz” perfaz a maioria dos discursos. Essa “matriz” é composta de uma gama de características que fazem referência e estabelecem relação direta com o contexto *lato sensu* da sociedade em geral (na qual os discursos são produzidos, na qual há um determinado conjunto de recursos mentais a disposição) e com um contexto *stricto sensu* da própria formação dos personagens emissores dos discursos. Nesse sentido, com o auxílio do que já foi dito anteriormente, tendo consciência de que é impossível recuperar, no conjunto, todo um “*ethos*” ou “mentalidade” do

passado, pretendemos aqui traçar uma espécie de “itinerário” da construção do acontecimento “Questão de Limites” e do infra-acontecimento “Questão Identitária”.

Um dos aspectos principais, e também o mais genérico, é o do próprio resultado da influência positivista. Toda uma geração de “intelectuais” e “técnicos” seria formada sob os auspícios do pensamento cientificista, em específico, na tônica da filosofia positivista comtiana e, posteriormente, durkheimiana (ou mesmo na heterodoxia de um Paul-Émile Littré, autor positivista relativamente difundido no Brasil). Nesse sentido, um dos principais aspectos é a perspectiva evolucionista no pensamento intelectual, que se desdobra sob a forma da visão progressista (ou mesmo teleológica) da história da civilização e, em um sentido mais *common sense*, na própria idéia de “destino”.

Na série de desdobramentos da mentalidade cientificista no Brasil, outro aspecto que surge como de absoluta importância no entendimento da mesma, é o do lugar que ocupa a idéia de “raça” e de “meio” (advindas das *teorias raciológicas*² em voga a partir da segunda metade do século XIX). Essas idéias teriam sido “importadas” muito mais como um movimento de recepção seletiva, a fim de explicar as causas do “atraso” brasileiro comparado com os países europeus, do que uma simples imitação ou aceitação inconsciente. Nesse sentido, as teorias que aqui vingaram, no que tange a idéia de “raça”, ocuparam um lugar de destaque, na medida em que produziam “o” sentido para o lugar que o Brasil ocupava na roda da evolução: o lugar do atraso, mas que, nas disposições otimistas, era referendada por um destino infalível e glorioso³.

Dessa forma, as idéias-matriz de “evolução” e “raça”, seriam pensadas de forma imbricada e implantadas no estudo da realidade brasileira. A partir dessas idéias, a derivação de inúmeros pressupostos iria permear os discursos intelectuais: o antagonismo entre cidade e suas margens, então chamadas “sertão”; de forma análoga, a incompatibilidade entre o que se desejava moderno e o primitivo, em outros termos, as fronteiras entre a “civilização” e a “barbárie”; o problema da identidade e a estigmatização da diferença.

Por trás dessa “receptividade” de idéias como as de “raça” e “evolução” está um fator de ordem política, que acaba por dotar de sentido a seletividade que caracteriza essa

² Termo empregado por: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. Ou então, o também empregado oximoro “racismo científico”.

³ Mesmo Gobineau, um crítico (ou “inimigo cordial”) do Brasil, teria apontado em “L’Emigration au Brésil: l’Empire du Brésil à l’Exposition Universelle de Vienne” de 1873, que o Brasil “tinha jeito”. Ver: GAHYVA, Helga. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? In: *Alceu*, jan./jun. 2007, vol. 07, nº 14, p. 152-159.

apropriação: a questão do nacionalismo. É nesse aspecto que o projeto político nacional, que visa à fusão entre o estado e a nação, recorre a “idéias” (na maior parte, “importadas”, porém “adaptadas” ao contexto) que forneçam uma explicação plausível para os problemas decorrentes da aplicação da ideologia nacionalista: o evolucionismo se não explicava a atual situação, ao menos propunha a possibilidade de um futuro triunfante ao mesmo tempo em que colocava em suspensão uma resolução dos problemas coevos; as teorias racialistas, no entanto, almejavam uma resposta imediata aos problemas de desenvolvimento social, cultural e econômico, enfim, ao atraso brasileiro ante os países europeus; e a modernização seria uma tentativa de impor de forma mais pragmática o desenvolvimento nacional, ou então, a “evolução de uma civilização”.

Esse arcabouço de idéias conformaria o campo disciplinar da história, assim como das demais disciplinas produtoras de discurso histórico no âmbito dos debates no Paraná. A idéia de uma história que progride, genética, evolutiva, mas também etnocêntrica, cuja preponderância do elemento dito “civilização” e “moderno”, contrapostas à de “barbárie” e “atraso”, seria a tônica das narrativas sobre os assuntos de fronteira e identidade.

No que tange a especificidade do embate sobre a questão de limites e o problema da identidade, inúmeros personagens colaboraram para que o evento “questão de limites” se tornasse, enfim, um “acontecimento” com duração e caráter extraordinário. No entanto, para que uma historiografia ulterior pudesse retomá-lo e rememorá-lo, portanto garantindo sua permanência e importância histórica, foi necessário que ele (o acontecimento) fosse construído por uma série de discursos, no caso de nossa pesquisa, contemporâneos ao próprio “acontecimento”. É de se notar, porém, que quando se pensa a questão identitária no período, verifica-se que ela não possui o mesmo status de “acontecimento” (ou então, de “Acontecimento”), vindo a ser constituída como tal, somente muito posteriormente.

Na medida em que os discursos orientam a atenção para focos específicos na ordem dos eventos – transformando-os em “acontecimentos” –, são os intelectuais, ou então, muito genericamente, todo personagem com competência de produzir um discurso dotado de autoridade e legitimidade, que efetivamente definem o que portará o status de “acontecimento” em detrimento daqueles relegados ao esquecimento, ou a uma posição inferior (infra) no conjunto das produções históricas. Nesse sentido, com a preponderância de um evento, alçado a “Acontecimento”, quantos outros seriam impedidos de tornarem-se como

tais? A historiografia ulterior e o seu papel na “monumentalização” dos acontecimentos e de *uma* história seriam, nesse quadro, um capítulo posterior da análise.

Ao afirmar o desenrolar da questão de limites como “o” grande “Acontecimento” do período, de certa forma operava-se uma transposição: do problema concreto daquela sociedade (dos “intelectuais”), uma questão primordial na agenda dos debates, a uma imagem representativa do status de tal problema (e de seus desdobramentos) no âmbito de um quadro geral simbólico da organização histórica da sociedade (em geral), com repercussões em sua moral e visão de mundo, nos seus quadros de representações e nas próprias posições-de-sujeito a se ocupar.

Dos personagens diretamente envolvidos com a questão das fronteiras e, ao mesmo tempo, com a problemática identitária, dois deles já foram mencionados acima: Rocha Pombo e Romário Martins seriam os principais representantes do ofício histórico no momento em que o século inicia sua “evolução”.

O primeiro, José Francisco da Rocha Pombo, considerado “pai da historiografia paranaense”, seria apontado por seu sucessor como uma “cerebração potente”, onde “tudo através do seu espírito e do seu temperamento assumia proporções mal pressentidas pelas inteligências comuns”⁴. Vinculado de forma umbilical a imprensa e, com menor destaque, a vida política paranaense, ficou conhecido por sua proposta de criação de uma universidade no Paraná, onde esta exerceria “um papel fundamental no projeto educativo proposto por Rocha Pombo, pois seria responsável pela formação do sábio, capaz de dirigir a cidade, bem como de promover a elevação intelectual e moral dos outros homens”⁵.

Sua vida de escritor inicia-se já em 1881 quando publica “A Honra do Barão”, seguida de “Dadá” e “Supremacia do Ideal”, ambos de 1882, “A Religiao do Belo” de 1883, o romance “Petruccello” e o livro de contos e poesias “Visões” de 1888. Contudo, seu primeiro trabalho histórico somente é produzido em 1900 quando da publicação de “Paraná no Centenário”, obra que tinha por objetivo prestar seu contributo às comemorações do quarto centenário do descobrimento ou, com outro tom, bradar “Ave Pátria!”, “em nome do Estado do Paraná – solemne demonstração de solidariedade com a alma nacional, na grande

⁴ MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. 111.

⁵ CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938*. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008, p. 03.

comemoração de 1900”⁶. Em meio as suas produções ficcionais, poéticas, filosóficas, era a história que, no entanto, passaria a ser o campo que lhe garantiria o status de figurar entre os principais historiadores paranaenses, sendo sua “História do Brasil” (em 10 volumes) o seu ponto maior.

Em relação à questão racial, Rocha Pombo é, como no clichê, um “homem de seu tempo” e está absolutamente envolvido com a discussão sobre a presença africana no Brasil. Naturalmente, é um dos que acabam por reforçar a visão etnocentrista da inferioridade tanto do elemento negro como indígena. Como aponta, em relação ao oeste paranaense, ele “se acha quasi inteiramente despovoado. Erram por alli ainda numerosas hordas selvagens, umas de todo refractarias á civilização”⁷.

[...] dizendo aos povos co-irmãos como têm marchado até hoje, quaes os estímulos da sua fé no destino, da sua esperança na grandeza futura da terra bemdicta onde em 1500 puseram pés e levantaram tendas os seus avós. E assim, a comemoração que celebramos virá a significar o que significar devem todas as comemorações – uma parada nesta ascensão para o destino, uma pausa de resfolego, que nos permita volver olhares para a rota vencida e medir os horizontes que vamos desvendando!⁸

De uma geração posterior, Romário Martins⁹ é o autodidata que se tornou historiador de seu tempo através dos debates a que se viu envolvido, o que, também, produziu mais um elemento de sua caracterização: sua intensa vida pública, na medida em que também

⁶ Já na página de abertura: POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900.

⁷ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. 88.

⁸ POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no Centenário*. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900, p. XI.

⁹ Romário Martins (1874-1948). Ver: CARNEIRO, Cíntia Maria Sant’ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001; SVARÇA, Décio. *O Forjador: Ruínas de um Mito: Romário Martins (1874-1944)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993; CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romário Martins: Biografia intelectual. In: MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. V-X; _____. História do Paraná. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. XXIX-XLII; SOARES, Luis Roberto. Romário: um historiador combatente. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. III-XV; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alfredo Romário Martins. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 275-7.

fora deputado estadual por várias candidaturas, funcionário público e jornalista nos diversos jornais (Dezenove de Dezembro, A República, Diário do Paraná, etc.) e revistas curitibanos. No entanto, sua carreira enquanto historiador só inicia em 1898 quando da publicação do folheto “Combate do Cormorant”, seguido do livro “História do Paraná” de 1899, e após, uma fértil via nos caminhos da historiografia. Entre 1901 e 1916, período intitulado por ele mesmo como a segunda fase de sua vida intelectual ¹⁰, desenvolveu seus esforços na questão de limites do Paraná, empenho que lhe gerou além de inúmeros convites de participação em Institutos Históricos do país e internacionais, também condecorações da mesma ordem.

Com relação ao seu modo de pensar a história, em específico, apesar da “evolução” do seu pensamento ao longo dos anos, a “matriz” antes mencionada, seria uma conformadora. Tanto as idéias teleológicas (ou simplesmente progressistas) como um candente etnocentrismo baseado nas idéias de raça-meio, contornariam seus escritos sobre a história do Paraná e, especificamente, as publicações sobre os problemas fronteiriços e identitários. É notório que em sua “História do Paraná” de 1899, de início, já proponha uma descrição do “meio físico”, seguida de uma “distribuição geográfica das tribos indígenas” e de “fatores étnicos fundamentais”, sendo que já nas primeiras linhas verifique-se uma súpula do pensamento que conduzirá sua escrita: “o conjunto de circunstâncias que definem o meio físico de um país, exerce influência, por vezes decisiva, no seu destino”, assim como, “o campo e a floresta, não somente decidiram de nossa existência como de nossa índole” ¹¹. Tendo isso por base, a do “contrato humano com a terra” ¹², é que Romário Martins, apesar de mencionar uma não-diferenciação das raças em superiores e inferiores, acaba por construir sua idéia etnocêntrica de que determinadas parcelas da humanidade estariam diversamente adaptadas a meios geográficos distintos: no caso do Paraná, com seu clima ameno, seriam “as raças européias” as que melhor ali se desenvolveriam ¹³.

Sua “vocação” racista, a lá Euclides da Cunha e Roquete Pinto, por exemplo, seria verificada em passagens em que aponta a “pouca solidez de estrutura moral e pouco equilíbrio de caráter” do elemento negro, com franca vantagem dos “mestiços” do “ponto de vista intelectual e social”. Vantagem porque acabavam por produzir “perfeitos tipos eugênicos”, no

¹⁰ Cf. MARTINS, Romário. *Eu*. Curitiba: Imprensa Paranaense.

¹¹ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 03, 04.

¹² MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 05.

¹³ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 25.

sentido de “europeização da tez”¹⁴, afinal: “são tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negro observados no Brasil, que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente”¹⁵. E continua:

Está assim o nosso país fazendo a sua evolução étnica e social muito mais rapidamente do que o fizeram quaisquer dos povos europeus e realizando muito mais perfeitamente a assimilação dos elementos bárbaros que entraram na formação das suas populações. Desses elementos não herdou o brasileiro as qualidades egoísticas como as que habitam o fundo psicológico das populações do Velho Mundo, antes, pelo contrario, constituiu-se por desígnio insondável da Criação, um dos mais nobres tipos morais da Humanidade, do ponto de vista social, político e moral.¹⁶

E essa passagem resume, em grande parte, o que aqui se deseja falar sobre um dos historiadores do período que é, em parte, o reflexo de uma mentalidade difusa no meio ao qual faz parte Romário Martins: não só a visão progressista, teleológica, evolucionista, mas uma fé irremediável na infalibilidade de um destino certo e glorioso, como também na certeza da “missão cultural”¹⁷ a que estavam imbuídos; não só o etnocentrismo, baseado nas idéias de raça e meio, mas o enaltecimento da “raça paranaense” com tons claros de uma grandeza romântica.

Para todos esses “intelectuais”, entre outros não mencionados, historiadores de ofício ou não, a questão de limites do Paraná tornara-se “o” Acontecimento do período. Apesar de já após a emancipação da província ocorrerem narrativas que advogam os direitos paranaenses dos limites, primeiro com o Paraguai e a Argentina, depois com São Paulo e Santa Catarina, assim como da questão identitária, é somente nas primeiras décadas do século XX que esses eventos assumem uma feição dramática na ordem dos acontecimentos. É a escrita histórica, utilizando toda essa dêixis fundadora produzida ao longo da segunda metade

¹⁴ Uma das obras que sintetizam esse pensamento da “mestiçagem”, desdobrado no projeto e ideologia do “branqueamento” é “*A Redenção de Can*” de Modesto Brocos y Gomes lançada em 1895.

¹⁵ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 157, 155, 156, 157, respectivamente.

¹⁶ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 157.

¹⁷ CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938*. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008.

do século XIX sobre as fronteiras e a identidade, que organizará um quadro muito mais preciso e coerente da “ordem e progresso” do devir da “civilização paranaense”¹⁸.

Para a maioria dos historiadores em atuação no período, principalmente após a ação reivindicatória do território contestado por Santa Catarina em 1901, a questão de limites ressurgiu dramática, comparada com o clima anterior, quando só se discutia o problema como forma de “marcar posição” ante a agitação catarinense no parlamento ou imprensa¹⁹. Já na obra de Romário Martins, no entanto, a questão de limites é o *leitmotiv* da maior parte de seus escritos e pesquisas. Já em “História do Paraná” de 1899, a questão é tomada como ponto de honra para todos aqueles que advogam a “causa paranaense”: é o último acontecimento abordado em seu livro. É, provavelmente, a ocasião em que se instituiu o acontecimento “questão de limites” como digno de figurar no hall dos ressentimentos emoldurados pela historiografia paranaense.

Apesar da presença de vários historiadores – ou com pretensões historiográficas – durante as primeiras décadas do século, quem domina o campo são Rocha Pombo e Romário Martins. No entanto, todos participam de uma forma ou outra, na construção e consolidação dos mitos historiográficos, ou em outros termos, das fantasmagorias presentes até os tempos atuais na história paranaense ou, então, em uma mentalidade difusa no interior da sociedade. Logicamente, havemos de convir, que algumas obras de autores mais “famosos” em seu tempo tiveram, não só mais ampla abrangência em termos de possibilidade de sua leitura, como também maior irradiação do sentido que queriam, naturalmente, passar. Algumas obras foram alçadas ao status de “História Oficial”²⁰, com republicações e tendo seu interesse renovado, outras obras tiveram uma menor “longevidade”, até serem “superadas” por reflexões ou, ainda, descrições mais aprimoradas dos variados objetos da historiografia local. Contudo, relativizados seu campo de circulação e de influência, essas produções, cujo caráter historiográfico é característico do período, tiveram seu papel no lugar em que, ao fazê-lo objeto de estudo, ao mesmo tempo “glorificavam”.

¹⁸ Expressão contida originalmente em: MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995; posteriormente utilizada na publicação comemorativa: O MATE, a economia e a civilização paranaense: esboço histórico. In: *1º Centenário da Emancipação Política do Paraná: 1853-1953*. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica, 1953. Embora ainda hoje seja de uso relativamente difundido, na imprensa principalmente.

¹⁹ Cf. MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 447.

²⁰ Verificável nos programas e diretrizes do ensino de história, por exemplo. Contudo, o epíteto é o de “Historiografia Tradicional”.

Emblemas locais (mas que assumem, alguns, também status de “símbolo nacional”), com vivências ainda presentes, seriam construídos não só através de elementos retirados da natureza, tais como a araucária e, a sua derivação, o pinhão, como também na busca de “heróis” em personagens genéricos como a figura do bandeirante, assim como nos específicos vultos da história política e intelectual da província. Não obstante, a narrativa histórica também proporcionaria a construção de uma imagem de unidade e coerência a experiência anterior e, nesse sentido, dotando de significado (e de um “caminho rumo ao destino”) um passado paranaense. A ilusão de unidade e totalidade da experiência comum, na medida em que as narrativas limitam e controlam a polissemia, seria um fundamento à construção de uma identidade, ou em outro sentido, a difusão de uma mensagem: o Paraná é uma comunidade no tempo.

Bibliografia

- BALHANA, Altiva Pilati; *et alii*. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938*. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-2866--Int.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2008, p. 02-05.
- CARNEIRO, Cíntia Maria Sant’ana Braga. *O museu paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 a 1928*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. História do Paraná. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. XXIX-XLII;
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. Romário Martins: Biografia intelectual. In: MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. V-X;
- DENIPOTI, Cláudio. *A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural (Paraná 1880-1930)*. Tese de doutorado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.
- GAHYVA, Helga. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? In: *Alceu*, jan./jun. 2007, vol. 07, n° 14, p. 152-159.

- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- QUELUZ, Gilson. L. *Rocha Pombo - Romantismo e Utopias (1880/1905)*. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 1998.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *O intelectual, entre mitos e realidades*. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 29, Out. 2003.
- SOARES, Luis Roberto. Romário: um historiador combatente. In: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. III-XV.
- SVARÇA, Décio. *O Forjador: Ruínas de um Mito: Romário Martins (1874-1944)*. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993.
- WACHOWICZ, Ruy C. *Universidade do Mate: História da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Alfredo Romário Martins. In: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 275-7.